

A reestruturação departamental na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP

Estamos discutindo a reestruturação departamental na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e em toda a USP. Uma oportunidade ímpar para corrigirmos as distorções e inadequação do atual “tabuleiro” departamental, datado de trinta anos atrás. Só Deus sabe quando teremos nova oportunidade como esta.

Cometemos erro, há mais de dois anos, pois nos omitimos das discussões sobre o processo de reestruturação departamental por uma decisão da Congregação, mal conduzida politicamente. Erramos ao não percebermos que seria o momento histórico de implementar as reformas necessárias à FMRP.

A reestruturação departamental já está “caindo de madura” nesta faculdade há muitos anos. Aliás, já discutimos e aprovamos a criação dos Departamentos de Ortopedia e de Ciências da Imagem, e que não foram implementados. Será que foi só por não ter massa crítica? São propostas já do passado.

A exigência de, no mínimo, quinze docentes por departamento, já amplamente discutida entre nós, parece descabida. Todos temos notícias de departamentos de grande projeção internacional, em diferentes universidades na Europa e nos Estados Unidos, que não ultrapassam sequer dez docentes. Aqui, nesta faculdade, tivemos exemplo deste fato com a avaliação externa dos departamentos, feita pela própria USP, que mostrou que, dos cinco departamentos avaliados como os melhores, três não possuíam o apregoado mínimo de quinze docentes.

Apenas entendemos que a criação de grandes departamentos, agrupando os menores sem qualquer interesse acadêmico, comum, mas simplesmente para “enxugar” a máquina burocrática da USP, poderá nos levar aos mesmos erros da última reforma feita há trinta anos. Do ponto de vista prático e administrativo temos certeza que os serviços burocráticos dos departamentos (Secretarias) serão pulverizados em minissecretarias, a serviço dos grupos pre existentes. Como se trata de serviço público, nenhum processo de reengenharia administrativa poderá ser desencadeado, de tal sorte que, do ponto de vista de funcionalidade e economia, estamos absolutamente céticos com relação ao desfecho final.

Também não devemos fazer a Reestruturação Departamental olhando para trás. Seria oportuno que, neste momento, a par de ajustes necessários há tempos nos atuais departamentos, também olhássemos a que rumos a Medicina estará caminhando nos próximos anos. As previsões apontam a necessidade de criação de áreas como Medicina de Urgência, Medicina de Família, Oncologia, Medicina Esportiva (Reabilitação), Telemedicina e outras. Tais temas precisam estar inseridos nas discussões sobre reestruturação departamental.

Entendemos que a criação de um departamento deva decorrer de um conjunto de fatores, situações, interesses, idéias, que possam convergir para o desenvolvimento das atividades afins de ensino, pesquisa e assistência. Não se pode forjar um departamento com base nas pessoas existentes na instituição, procurando aten-

der interesses pessoais e afinidades outras que não aquelas acadêmicas.

O assunto deve ser amplamente discutido. O processo de reestruturação departamental só poderia ser levado à Congregação após amplos debates, abertos e transparentes, para não correr o risco de ser indigesto.

Entretanto, as discussões internas e intra-departamentais, isoladamente, não levarão a propostas que atendam interesses institucionais. O corporativismo tenderá a proteger seus docentes e funcionários de uma intervenção extradepartamental.

Sugerimos a criação de múltiplos grupos de trabalho, mesclando docentes de áreas básicas, clínicas e cirúrgicas com funcionários e alunos em cada um. Cada grupo apresentaria sua proposta para uma Comissão Central (que poderia ser a CAU) que analisaria e elaboraria uma proposta final para a Congregação, modelo semelhante àquele que foi aplicado durante a última reforma universitária, quando todos tiveram amplas possibilidades de discutir o processo. Nossa Faculdade de Medicina teve uma ativa participação e grande influência nos resultados daquela reforma.

Cabe ressaltar aqui o papel fundamental da Direção da FMRP na condução deste processo, pois cabe a ela estabelecer as diretrizes e encaminhamento das discussões dentro da FMRP e defesa da proposta perante a Universidade.

Devemos expor à USP nossas peculiaridades como Escola de Medicina e as justificativas pelas quais se propõe a nova estrutura departamental, mesmo que algum departamento não tenha os quinze docentes exigidos. Temos argumentos convincentes e, bem elaborada, a proposta poderá receber o apoio necessário para sua aprovação.

Temos convicção de que os Colegiados da USP compreenderão, atendendo os interesses maiores da FMRP. A USP é um conjunto de faculdades e instituições e, portanto, ela só irá bem quando suas instituições filiadas estiverem bem. A Reitoria já deu mostras claras de nossa importância e, não há dúvidas, somos mesmo um importante pilar de sustentação da principal universidade do país, a USP.

Prof.Dr. MARCOS FELIPE SILVA DE SÁ
Superintendente do HCFMRP-USP
Professor Titular do Departamento de
Ginecologia e Obstetrícia da FMRP-USP